

Fórum servirá para mundializar debate sobre reforma agrária

Coorganizadora do Fórum Mundial de Reforma Agrária, a Via Campesina ainda não sabe dizer que impacto o evento terá sobre a discussão das políticas agrícolas globais, mas aposta na divulgação de suas posições junto aos participantes, em especial a crítica ao Banco Mundial.

*Verena Glass e Mauricio Hashizume¹ - Agencia Carta Maior
5 de diciembre de 2004 05/12/2004*

Valência – A discussão sobre o problema da fome no mundo, pautada tanto nas Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM) das Nações Unidas quanto nos últimos debates do órgão sobre desenvolvimento (não se podendo negar o mérito do governo brasileiro neste sentido), voltou, de certa maneira, a inserir a Reforma Agrária na agenda mundial. A forma como a questão vem sendo abordada, no entanto, contrapõe frontalmente duas visões antagônicas: de um lado, a perspectiva de tratar o combate à fome pelo viés do agronegócio, da mercantilização da terra e da produção massiva de *commodities* agrícolas negociáveis no mercado internacional, defendida e implementada por grande parte dos governos (sob a égide de organismos como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio - OMC) e, de outro, a defesa de uma distribuição real da terra e dos meios de produção, no sentido de reinstaurar o campesinato como principal ator da cadeia produtiva de alimentos para o mercado local, segundo suas demandas e conforme suas raízes culturais.

Explicitamente crítico à primeira visão, o Fórum Mundial da Reforma Agrária (FMRA), evento que reúne de acadêmicos, ONGs e movimentos sociais do campo a governos (basicamente o brasileiro e o espanhol, com participação secundária de setores do Parlamento Europeu) e a FAO (organismo da ONU para agricultura e alimentação) em Valência durante esta semana, foi idealizado inicialmente com o objetivo de jogar uma luz e lapidar um conceito de reforma agrária alternativo ao das linhas adotadas pelo mercado. Mas será capaz de tratar a raiz do problema da fome e da concentração de terras e dos meios de produção, que, passados cinco anos do lançamento das MDM, não apenas não retrocederam, mas efetivamente aumentaram no mundo?

A partir deste questionamento, a Via Campesina, que hoje congrega, segundo seus dirigentes, mais de 100 milhões de trabalhadores rurais de todo o mundo na luta contra o avanço das políticas neoliberais no meio rural, procurou tirar algumas diretrizes, durante os dois dias que antecederam o FMRA, que definissem sua estratégia junto ao evento.

A principal motivação desta postura, que não chegou a ser reticente, mas que, de certa forma, revelou alguma incerteza sobre as possibilidades reais do FMRA de interferir nos rumos do debate global acerca da questão agrária mundial, é a defesa intransigente da Via Campesina de que, para que as mazelas da fome e da exclusão social no campo

¹ Cobertura jornalística realizada com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil

sejam sanadas, os governos tem que adotar medidas radicais de defesa do campesinato e das “vítimas do modelo neoliberal”. Paira, porém, ainda a dúvida sobre a aceitação desta posição entre as ONGs e o poder público.

“Temos aliados entre os governos nacionais, como Hugo Chávez (Venezuela) e agora Tabaré Vasquez (recém-eleito no Uruguai). Não sabemos o que esperar do governo espanhol, e estamos bastante decepcionados com o governo brasileiro. Mas tentaremos acessar o G20 através do Brasil e a União Européia através da Espanha para apresentarmos nossos pontos de vista”, explica o hondurenho Rafael Alegria, membro da direção mundial da Via Campesina. Segundo tal organização, uma coisa é certa: a Reforma Agrária é o principal mecanismo de combate da miséria global, e, para que possa ser implantada, os governos devem excluir a OMC do processo e tirar do Banco Mundial o papel de coadjuvante na formulação de políticas agrícolas para o planeta.

Neste sentido, como principal interferência nociva do Banco Mundial na realização da reforma agrária no Hemisfério Sul, a Via Campesina aponta a criação dos chamados Bancos da Terra, instituições de crédito que viabilizam a compra, por parte dos governos, de terras privadas com o posterior repasse do ônus aos agricultores.

“É um dos mecanismos adotados também pelo governo brasileiro. É um crédito agrícola que, no Brasil, vem causando uma inadimplência de praticamente 100% das famílias assentadas, obrigando grande parte delas a deixar os lotes adquiridos através desta política. Implantado em 1997 ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, os assentamentos do Banco da Terra devem ser os únicos que atingirão a meta estipulada pelo governo Lula este ano. E isto é um desastre. Para nós, a Reforma Agrária dá-se por meio da desapropriação de terras, e é esta posição que defenderemos no FMRA”, avalia Jaime Amorim, coordenador nacional do MST e membro da Via Campesina pelo Movimento.

O campo do Banco Mundial

A tese de que é nefasta a interferência do Banco Mundial nos países pobres é reforçada por um estudo desenvolvido pelo geógrafo e ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no início do governo Lula, Marcelo Resende. “A atuação do Banco Mundial é um obstáculo comum identificado na luta pela reforma agrária em diversos países. Eles chegam na Tailândia e dizem que deu certo no Brasil. De outro lado, vão para o Brasil e dizem que deu certo na Tailândia”. Segundo Resende, apenas durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, 74 mil famílias aderiram à proposta no país por meio do Banco da Terra, e o gasto total somou US\$ 500 milhões.

Outro exemplo citado pelo geógrafo é a Colômbia, onde o Banco Mundial defendia a migração incentivada da população camponesa em direção aos grandes núcleos urbanos para viabilizar a expansão da pecuária de corte para abastecimento do mercado norte-americano ainda na década de 50. Em 2002, foi lançado no país o programa de “associações produtivas”, que propunha a conversão dos camponeses em “sócios” dos grandes proprietários. Como resultado, a intervenção da instituição

multilateral acabou proporcionando mão-de-obra barata, sem necessidade de pagamento dos direitos trabalhistas.

Seguem-se mais casos: a destruição dos “ejidos” no México, comunidades em que não era permitida a venda de terra e nas quais os camponeses mantinham os direitos adquiridos desde a revolução de Emiliano Zapata em 1917. Sob coordenação do Banco Mundial, em 1991 o ex-presidente mexicano Carlos Salinas ratifica uma emenda ao artigo 27 da Constituição, que passou a permitir a divisão dos “ejidos” em propriedades privadas. Na Guatemala, um fundo de terras com financiamento do Banco Mundial (para privatização das terras públicas e venda negociada de latifúndios) foi implementado em 1994. Para “aumentar o nível de confiança dos investidores”, o Banco lançou programas para beneficiar empresas agrárias “eficientes” na África do Sul e contribuiu ainda mais para concentrar mais terras nas mãos de menos produtores.

“Tudo isso contribui para o recrudescimento da miséria e da violência no campo, esta é a nossa avaliação. O FMRA é um espaço importante para a afirmação das nossas idéias. Até que ponto elas serão encampadas, não podemos dizer. Não temos idéia do quanto o evento avançará nas discussões, mas o fato de que elas ocorrerão já é fundamental”, conclui o líder do MST Jaime Amorim.